

RESUMOS DE TESES

ALGUNS ASPECTOS NA POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO DE CABO VERDE DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1975-1990)

*Camilo Querido Leitão da Graça**

Formado por um arquipélago de dez ilhas e situado a cerca de 500 Km. da costa ocidental africana (no Oceano Atlântico), a República de Cabo Verde tornou-se independente em 1975 graças à luta de libertação desenvolvida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e de uma intensa ação diplomática orientada no sentido de denunciar o colonialismo português e esclarecer a opinião pública internacional. Nesse caso, o papel desempenhado pelo líder do referido movimento de libertação nacional, Amílcar Cabral, foi notório e permitiu uma certa pressão de países democráticos, quer a nível multilateral (Nações Unidas), quer a nível bilateral.

No período pós-independência, mais precisamente entre 1975-1990 (a Primeira República), procuramos demonstrar quais foram as ações efetuadas pela política externa de Cabo Verde e a sua diplomacia, com vista ao crescimento e ao desenvolvimento humano e, ainda, os desafios enfrentados em um contexto agitado por disputas de influência entre as duas grandes potências do período da Guerra Fria.

Os fatores de equilíbrio econômico são relativamente escassos. Sem recursos naturais, o Estado teve que apostar numa racionalização e gestão (eficiente) das ajudas externas para desenvolver as infra-estruturas básicas que permitissem um melhor desempenho dos serviços que passam a ocupar grande parte da população ativa. Assim, as possibilidades de integração, de cooperação global e de utilidade, são tratadas no trabalho de acordo com as circunstâncias históricas e as relações internacionais do período em questão.

(*) Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, em 1996.

LEITURA ESPAÇO-SOCIAL DA CIDADE DE LUANDA ATRAVÉS DE MAPAS E PLANOS URBANÍSTICOS DO SÉC. XVI AO SÉC. XX

*Nelson Gonçalves de Lima Junior**

O desejo de entender um pouco melhor os mecanismos que movimentam e transformam as cidades modernas nos levou à escolha da cidade colonial portuguesa como modelo de estudo, mais especificamente a cidade de Luanda, capital de Angola.

Procuramos então reconstituir as imagens desta cidade no tempo através de leituras de seu quadro social e urbano, analisando fotos, mapas, plantas, planos urbanos e dados populacionais de diversas épocas, sempre respaldados pelo estudo da história de Luanda.

Dividimos então a análise da cidade nos seguintes períodos:

- a *Cidade Estratégica* – assim identificada pela posição que ocupa na costa africana e pelas características e objetivos do primeiro assentamento humano;
- a *Cidade Extrativista e Exportadora* – sócia comercial do Brasil na troca de escravos e mercadorias;
- a *Cidade Mercadológica* – obrigada, com o fim do tráfico de escravos, a se adaptar à economia mundial, procurando fixar colonos no campo para fazer crescer a agricultura;
- a *Cidade Pré-Industrial* – promotora de significativas, tanto na sociedade como no espaço urbano. O perímetro urbano cresce, a sociedade se transforma – começam a surgir os planos urbanos.

Com o inevitável mestiçagem ocorrido a partir da instalação do primeiro núcleo populacional veremos surgir uma cidade-colônia onde encontraremos,

(*) Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, em 1995.

Resumos de Teses

através também dos vários outros períodos já descritos –, acentuadamente no último, a construção do sentimento nacional *caminho* para a independência.

AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA:
DO AFASTAMENTO À RETOMADA DAS RELAÇÕES COM O CONTINENTE AFRICANO

*Fernando Pinto Madureira**

As relações entre o Brasil e o continente africano são seculares. As ligações entre os portos e a circulação de pessoas foram uma constante até o século XIX, quando ocorreu uma ruptura de relações históricas entre os dois. Até à década de 1950, o Brasil privilegiou o relacionamento com as potências coloniais em detrimento de sua relação, fosse com as próprias colônias, fosse com as nações recém-independentes. A retomada do relacionamento coincide com a intensificação do processo de independência dos Estados africanos, de um lado, e com a busca pelo Brasil de uma forma de reinserção no cenário internacional. Para se apreender o significado real do relacionamento político-diplomático brasileiro com a África é que se faz fundamental a análise da política externa brasileira. A política de diversificação, seja das relações políticas ou econômicas, significou a passagem da política exterior brasileira, de sua face voltada predominantemente às relações com os EUA, para uma fase nova, mais complexa, onde a multilateralização passa a ser buscada como parâmetro das relações internacionais brasileiras. O elemento central da análise será o da ação estatal, uma vez que foi o Estado o seu promotor, agindo por conta própria e não por pressão explícita de algum setor particular da sociedade civil.

(*) Tese de doutoramento defendida junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, em 1997.

O PAPEL ESTABILIZADOR DOS PAÍSES PERIFÉRICOS NA ORDEM
INTERNACIONAL: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

*Eiiti Sato**

Esta tese analisa o meio internacional a partir do pressuposto de que existe uma hierarquia entre estados e de que existem padrões que governam o relacionamento entre esses atores. Utilizando-se de uma abordagem eminentemente histórica e valendo-se de um referencial teórico proporcionado pela economia política internacional, procurou-se analisar o processo pelo qual o meio internacional tem se articulado em torno de formas definidas caracterizadas como ordens, onde os principais atores são estados que cumprem papéis centrais ou periféricos. Considerando-se que essas ordens se desenvolvem e se esgotam, um ponto central na análise é a constatação de que um elemento essencial, implícito na estruturação de uma ordem internacional, é a peculiar estratégia de crescimento, que depende fundamentalmente das características do país central. O paradoxal é que o sucesso da estratégia de crescimento, no entanto, resulta no colapso da ordem estabelecida. A questão final que se discute é se, após as crises dos anos 70 e 80, a ordem internacional emergente baseada numa estrutura internacional multipolar e numa ordem que valoriza o mercado terá condições de perdurar.

(*) Tese de doutoramento defendida junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, em 1997.

METAMORFOSES DO ESPAÇO IMAGINÁRIO – UM ENSAIO “TOPO-LÓGICO”
RELATIVO AO UNIVERSO DA CULTURA, DO ESPAÇO E DO IMAGINÁRIO

*Maurício Waldman**

Esta tese foi elaborada com a preocupação em amearhar um amplo conjunto de contribuições relativas a questão da percepção cultural do Espaço, buscando melhor delinear e/ou configurar uma “Antropologia Topológica”. Constituinte reflexão com determinado grau de complexidade, seus marcos de interesse conceitual articulam tanto a questão das nuances “reais/ideais”, “concretas/abstratas”, do Espaço, quanto a aferição das singularidades e implicações das percepções tradicional e moderna do Espaço. Uma vez que esta avaliação preocupa-se pelas diversas modalidades históricas de “instauração do Artificio”, ela também perpassa pela questão ambiental assim como pelo papel de que se revestem os modelos espaciais imaginários para a vida de grupos povos e civilizações. Simultaneamente, procura elucidar algumas das significações pertinentes ao Tempo Social, visto ser este indissociável, em qualquer escala ou sistema de relações, do Espaço. Assimilando os ensinamentos da “Antropologia Política”, este “ensaio topológico” busca elencar não só os “dados comuns” relacionados ao que diferentes sociedades estabelecem como base para um “consenso” ou uma “reciprocidade” de cunho espacial, mas igualmente os aspectos contraditórios que pesam na criação e invenção das verdades e dos espaços. No que seria indispensável sublinhar, este estudo, explorando um grande rol de sociedades tradicionais, está na realidade dirigindo uma indagação para a modernidade, nos termos de uma proposição que resgate os sentidos de equilíbrio que os homens devem pautar em sua relação com o Espaço/Tempo, e inevitavelmente, com a Natureza e consigo mesmos.

(*) Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Moreira Henriques Serrano, em 1997.

AS LINHAS QUE FORMAM O EME: UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

*Marcelo Bittencourt**

O objetivo deste trabalho era analisar a forma como decorreu a gestação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A análise desse processo nos remeteu a um longo percurso sobre a história angolana, com ênfase no período que se estende da segunda metade do século XIX até os anos cinquenta e início dos anos sessenta de nosso século.

Num primeiro momento a que chamamos de abordagem, discutimos acerca dos principais fatores intervenientes no estudo pretendido. Constituindo um capítulo de cunho teórico, esse debruçamento se fez necessário devido à presença de tais elementos ao longo de todo o trabalho. Justificando-se, dessa forma, a importância em nos posicionarmos, logo à partida, quanto à maneira que pretendíamos encará-los. Nossa proposta era estudar a permeabilidade desses fatores, possibilitando uma reflexão original quanto à forma de olhar para o MPLA.

Entre os fatores que trabalhamos de forma mais aprofundada estão a etnia, a raça, os condicionamentos externos e os vínculos parciais de solidariedade, que se referem às ligações de caráter religioso, familiar, entre outros.

Os capítulos seguintes tiveram um ordenamento cronológico bem evidente e buscaram traçar as alterações na sociedade colonial angolana que tiveram importante repercussão na formação do MPLA. Demos início, então, à apresentação do cenário colonial da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, centrado na região de Luanda e suas proximidades, nos deparamos com a cultura crioula, como é chamada pela historiografia, a cultura de síntese formada a partir da sobreposição de duas vertentes culturais – a africana e a europeia. Nos posicionando criticamente em relação a uma visão que consideramos superfi-

(*) Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Moreira Henriques Serrano, em 1996.

al, buscamos demonstrar a existência de conflitos e interesses divergentes no seio dessa criouldade, bem como a alteração, em parte desse grupo, de seu comportamento político.

Mantendo essa perspectiva cultural a respeito dos crioulos, demonstramos a postura contestatória de uma parcela desse grupo em finais do século passado. Esse movimento, explicitado nos jornais da época e impulsionado pelos intelectuais, contou com a participação dos demais crioulos mais seriamente afetados pelo aumento da migração portuguesa. No entanto, a radicalização de alguns desses indivíduos em luta por maior autonomia, chegando ao ponto de pleitear uma separação definitiva da metrópole, não foi acompanhada pelo alargamento da base de apoio a tais idéias, nem mesmo no interior do segmento crioulo. Também não era pretensão de seus articuladores se aproximarem da imensa maioria de africanos não-crioulos.

O decorrer dos capítulos mostra a intensificação da penetração colonial acarretando no estabelecimento de uma distinção legal entre a população considerada *civilizada* – também conhecida como assimilada – e a *indígena*. Os crioulos, dada a sua condição sociocultural, serão os principais candidatos a obter o estatuto de assimilado, que lhes garantia o acesso à propriedade e o não-cumprimento do trabalho obrigatório. Evidentemente, os indígenas não tiveram tais prerrogativas.

Todavia, a designação jurídica de assimilado, como demonstramos, não foi capaz de dar conta de todos aqueles indivíduos afetados, em graus variados, pela criouldade. Além disso, a proposta assimilacionista foi frustrada ainda no que diz respeito a uma alteração dos padrões culturais crioulos.

Seguindo essa linha de análise, mantivemos o termo crioulo como elemento capaz de auxiliar e muito no entendimento acerca do novo processo de contestação colonial estabelecido durante o período salazarista, a partir de fins dos anos quarenta. Contrariamente ao que ocorrera em fins do século passado, essa nova movimentação, uma vez mais iniciada pela intelectualidade crioula, apresentou um perfil de atuação diferenciado da anterior. Contaram, para tanto, as alterações mundiais do Pós-Segunda Guerra e a já suficientemente exposta, até aquele momento, impossibilidade de assimilação num processo colonial, agravada pela nova incrementação da imigração portuguesa em meados desse século.

Tal contestação, pautada numa ótica nacionalista, buscou o alargamento da sua base de apoio, não só para os demais crioulos, mas também, e principalmente, em relação à massa de angolanos *indígenas*. Esses condicionamentos históricos, culturais e sociológicos, essa mudança na forma de agir de parte dos

crioulos, estavam presentes na origem do MPLA, que será o principal desdobramento dessa nova contestação.

Finalmente, abordamos o ponto – motivo de grande discussão – que diz respeito à data de criação do movimento. A recolha de novos indícios, realizada no decorrer de nossa pesquisa, apontava para uma alteração significativa, de 10 de dezembro de 1956 para a segunda semana de maio de 1960.

Entre os elementos que nos impulsionaram a tal perspectiva podemos destacar: as diversas “versões oficiais” sobre a criação do movimento; as entrevistas com alguns militantes históricos do MPLA; a ausência de referência a sua atuação até 1960 na imprensa angolana e internacional – mesmo com as suas lideranças participando da movimentação anticolonial existente em Paris –; a ausência de processos, até essa data, que relacionassem militantes do movimento; a ausência de documentos que comprovem sua existência, antes de 1960, entre as várias coletâneas editadas pelo MPLA e ainda a ausência de panfletos elaborados pelo MPLA, entre os vários exemplares que conseguimos coletar para os anos cinquenta.

ESTADO E CULTURA: A PRAXIS CULTURAL DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (1962-1982)

*Edson Borges**

Através da análise de documentos e entrevistas (formais e informais) procuramos realizar uma leitura aproximativa acerca da praxis cultural da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Criada em 1962, após um longo processo de luta, superou o colonialismo português e demais forças de oposição regionais e mundiais, conquistando a independência política do país em 1975. Empunhou, então, um projeto de transformações radicais nos campos político, agricultura/ indústria e cultural. Procuramos compreender as lógicas de atuação do Estado, da ideologia, da cultura nacional e do desenvolvimento propostos pela Frelimo para inserir a terra e os homens moçambicanos em uma República Popular e Socialista. A Frelimo, única portadora de uma espécie de carta mítica (ou de fundação) “escrita” ou experimentada nas árduas vivências e aprendizagens das zonas libertadas, procurou erigir e sustentar uma “cultura nacional”, expressão de uma comunidade imaginada (a desejada “moçambicanidade”) fundada na identidade de classe e de sofrimento comum diante da submissão colonial. Outras identidades (étnicas, regionais e raciais) foram sufocadas frente ao imperativo das unidades política e ideológica.

Um leque de documentação e entrevistas nos possibilitou propor uma leitura/análise do “núcleo duro” do discurso cultural da Frelimo, da praxis do Estado, do partido e dos agentes culturais, além dos reflexos (do discurso e da praxis culturais) sobre a população destinatária, incluindo suas artimanhas e estratégias de fuga ou dissimulação. Desta maneira, a documentação analisada (e as falas formais e informais ouvidas e registradas por nós) nos guiou para questões como: projeto econômico e político, zonas libertadas, curandeiros, medicina tradicional, sexualidade, burocracia cultural, o problema da quanti-

(*) Dissertação de Mestrado defendida junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Moreira Henriques Serrano, em 1997.

dade/qualidade dos quadros, escassez de recursos materiais, humanos, orçamentários, etc..

O recorte temporal (1962-1982) foi motivado pela possibilidade de acompanhar as conjunturas históricas (e as construções intelectuais e ideológicas) que sustentaram o projeto cultural da Frelimo. Nos guiamos também pela seguinte hipótese central: demonstrar que, além da orientação teórica (justificável pela definição ideológica da Frelimo) todos os ambiciosos projetos para o campo cultural se frustraram devido, em grande parte, à falta ou carência de quadros (quantidade/qualidade), recursos materiais e orçamentários. A escassez foi, então, um dos fatores determinantes ao longo da trajetória do conceito de cultura e da praxis cultural imposta à terra e aos homens moçambicanos. Contrariamente, foram abundantes as doses de ideologia, utopia, vanguardismo e totalitarismo. Perseguimos outra hipótese (derivada da primeira) ao longo do nosso trabalho. Como a luta armada de libertação nacional não se estendeu para as áreas vitais da dominação colonial-imperialista (as terras do centro-sul do país) as mesmas não conheceram a experiência das zonas libertadas. Este fato teria levado a Frelimo, de forma radical e totalitária, a impor sua estrutura de governo, projetos e ideologias à volumosa massa de terra e homens que estavam à margem da onda revolucionária.

ENTRE DOIS CONTARES: O ESPAÇO DA TRADIÇÃO NA ESCRITA DE UANHENGA XITU

*Marilúcia Mendes Ramos**

A tese tem por objeto a análise dos textos de Uanhenga Xitu, a qual consistiu de dois momentos: o mapeamento temático dos espaços e das personagens, que envolve os Capítulos 2 (As sanzalas: espaço de práticas tradicionais); 3 (O entre-lugar: língua e cultura); e 4 (o espaço urbano: diversidade e conflito) e o mapeamento de alguns procedimentos estilísticos literários mais característicos de sua obra, questão que procuramos tratar no Capítulo 5 (a oralidade como forma de resistência).

Esse mapeamento auxiliará no entendimento de como o escritor procede para a recuperação da tradição oral na sua escrita.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o escritor usa a língua do colonizador para compor seus textos para expressar, por meio dela, seu “mal-estar e sua revolta” pelo longo sofrimento causado pela colonização e ainda para mandar sua mensagem de desejo de liberdade. Usa a língua do colonizador também para expô-lo em suas contradições e para valorizar o que é angolano, como num insulto ao colonizador.

Dessa forma, o escritor ajuda na tomada de consciência coletiva da situação de dominação, pois encontra no espaço do texto, escrito na língua emprestada do colonizador, um instrumento de luta para a (re)construção da identidade nacional em Angola.

Nosso objetivo é mostrar que no contexto das literaturas angolanas a escrita de Uanhenga Xitu se inscreve, então, como legatária da tradição oral angolana e como um espaço para a resistência cultural, conquistado na transformação do instrumento de dominação do colonizador, a língua, em instrumento

(*) Tese de doutoramento apresentada junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida C. B. Santilli, em 1996.

para a manutenção de hábitos e costumes e ainda para denunciar a opressão do sistema colonial.

Na busca de nosso propósito, fomos percebendo que a obra de Uanhenga Xitu oferece, pelos espaços e personagens que contempla, um rico quadro de como foram vividas as décadas de 1930, 40 e 50 em Angola; que o sujeito desse contar é agora o angolano que, no espaço do texto, tem vez para soltar sua voz calada à força pela colonização.

Assim, chegamos ao Capítulo 5, no qual mostramos que para esse contar o escritor busca procedimentos estéticos que o auxiliam na difícil tarefa de executar a passagem do oral para o escrito deixando perceber, pelo trabalho da enunciação, um *griot* por trás do escritor.

Em função dos procedimentos que adota na composição de seus textos, o autor contribui para a resistência cultural da tradição oral angolana.

A COMUNIDADE NEGRA DOS ARTUROS: O DRAMA DE UM CAMPESINATO NEGRO NO BRASIL

Romeu Sabará*

Na primeira parte, introdutória – *Do congado mineiro à comunidade negra dos Arturos* – em seu primeiro capítulo – *Objetivos da pesquisa e sua problemática operacional*, adverte-se que a monografia constitui resultado parcial de um longo trabalho de campo que vinha sendo desenvolvido em Minas Gerais de 1970 a 1996, com alguns intervalos. Esta pesquisa tinha como objetivo principal verificar o significado no contexto da cultura mineira tradicional, do que vem sendo denominado genericamente pelos folcloristas no Brasil, como Festas do Rosário, Festas de São Benedito, Reinados do Rosário, Congados, Congadas, Congos, Moçambiques e outras denominações a mais para manifestações culturais similares (ANDRADE, 1959¹ e CASCUDO, 1962²). Propõe-se o rompimento com a tradição acadêmico-científica de tratar o Congado simplesmente como “dança dramática”, “folguedo popular” ou “auto popular”, para dar um tratamento antropológico, articulando as noções de rito e mito como lhe sendo mais apropriadas.

A tese parte do pressuposto de que o Congado Mineiro comporta-se no contexto da cultura mineira tradicional como um complexo cultural afro-brasileiro de influência eminentemente banto – os Reinados de Negros do Rosário ou Congados – que se contrapõe a outro complexo cultural luso-brasileiro – os Impérios do Divino e as Folias do Divino; e que este complexo afro-brasileiro compreende cinco elementos principais: 1) comunidades negras, isoladas, semi-iso-

(*) Tese de doutoramento apresentada junto ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Kabengele Munanga, em 1997.

(1) ANDRADE, Mário de. *Danças dramáticas do Brasil*. 3 v. São Paulo, Liv. Martins Ed., 1959.

(2) CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1962.

ladas ou integradas, rurais ou urbanas, que vieram do tempo da escravidão; 2) irmandades religiosas de negros e mestiços vindas do Ciclo do Ouro; 3) arquitetura religiosa e barroca, vinculada às irmandades de negros e mulatos; 4) ritos e festas religiosas tradicionais de negros e mulatos; 5) mitos e crenças sem tona de santos tradicionalmente considerados como sendo de devoção de negros e mulatos.

Por razões de ordem prática, fazendo um primeiro corte epistemológico, opta por um estudo de caso, verificando como este complexo do Congado funciona em Contagem, município da Grande Belo Horizonte, onde está situado o maior centro industrial do Estado. Em um segundo momento, fazendo um segundo corte epistemológico, posterga a discussão do Congado de Contagem em si para tratar sistematicamente do primeiro elemento deste complexo cultural afro-mineiro como veio a ocorrer em Contagem, centrando a monografia na exposição sistemática acerca da *comunidade negra semi-rural dos Arturos*, na sua condição de base operacional do Congado local.

Uma vez definido o objeto da pesquisa, em outro tópico – *A proposta metodológica de Malinowsky e a nossa* – tenta dar sua contribuição metodológica para a Antropologia Social, expondo a proposta de trabalho de campo utilizada, confrontando-a com a proposta de trabalho de campo da etnografia clássica, tendo como referencial a proposta de Malinowsky³.

Após esta primeira parte introdutória, a tese se desenvolve em mais quatro partes. Na Segunda parte – *Comunidades negras rurais: formas de campesinato negro no Brasil* –, depois de fazer sua crítica aos estudos clássicos de comunidade, apresenta um modelo descritivo e analítico, tendo como referencial a noção de modo de produção doméstico. Somente então desenvolve a tese introdutória – *As comunidades negras rurais como formas de campesinato negro no Brasil* –, como subproduto do escravismo decadente. Demonstra a incidência destas formas, principalmente em Minas Gerais e formula a hipótese da existência de um projeto de campesinato negro em Minas Gerais ainda não detectado, na forma de comunidades domésticas rurais contendo um projeto latente de posse comunal da terra, consolidação de família e parentela e cultivo de tradições seculares.

A partir da terceira parte – *A comunidade negra dos Arturos e a sociedade envolvente* – passa a tratar sistematicamente da vida desta comunidade, como estudo de caso da hipótese anterior. Tendo como referencial analítico as noções de comunidade e sociedade envolvente, situa a Comunidade no universo local,

(3) MALINOWSKY, B. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. Extraído de *Argonauts of the Western of the Pacific*. In: MALINOWSKY (textos). São Paulo, Ática, 1966.

regional e nacional, sendo o município visto como sistema mediador entre esta e a sociedade mais ampla. Uma vez feito isto, descreve e analisa as instituições comunitárias mais importantes como território, família e parentesco, propriedade e descendência, da forma como funcionaram desde nossa chegada (1969) até o final da década de setenta, antes que os fatores de industrialização e urbanização tivessem maior impacto sobre a comunidade. Nesta parte, como produtos da tese maior, emergem três teses menores: a busca essencial da propriedade coletiva da terra, a reconstrução da família ampliada e da parentela e o culto dos antepassados como valores maiores que foram negados a escravos e seus descendentes no Brasil.

Mesmo postergando a descrição e a análise do rito e mito do Congado Mineiro, repassa informações sobre o congado como ele é vivenciado em Contagem pelos Arturos.

A quarta parte – *A festa de primeira capina de milho entre os Arturos* – é dedicada a descrever esta festa como demonstração maior da campesinidade dos Arturos, dedicando capítulos diferentes aos seguintes tópicos: o “mutirão de primeira capina de milho”; “as cantigas de eito do mutirão”; a “brincadeira” Juão-do-Mato” como rito e mito, e o “batuque da noite”, como festa propriamente dita.

Trata-se de um rito agrário que pode ser visto como drama de literatura oral e discurso social de uma comunidade sobre a sua própria saga no contexto de transição da situação de mão-de-obra escrava do século passado para a situação de mão de obra no século XX. Esta é a tese central e que dá razão de ser ao subtítulo da tese: *o drama de um campesinato negro no Brasil*.

A quinta e última parte – *A comunidade negra dos Arturos e o mercado de bens simbólicos* – tem como objetivo descrever a trajetória desta comunidade no mercado de bens simbólicos, já que está situada a poucos quilômetros da capital do Estado e pode ser considerada como portadora de uma “cultura étnica” estereotipada. Assim o faz em três tópicos: “A cultura étnica e o mercado de bens simbólicos”; “A comunidade e o mercado de bens simbólicos” e “A comunidade, sua cultura e o mercado cultural”.

É nesta parte final que procura demonstrar como funcionou, a partir da década de oitenta, o processo de transformação da cultura comunitária dos Arturos com sua suposta exotividade em produto cultural para o mercado de bens simbólicos, salientando dois fatores: a mídia e a administração pública municipal, com sua política de turismo cultural mal formulada.